



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 1.775, DE 2022**

**(Da Sra. Policial Katia Sastre)**

Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências.

**DESPACHO:**

APENSE-SE AO PL-4265/2019.

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DA DEPUTADA POLICAL KATIA SASTRE – PL/SP

### PROJETO DE LEI Nº , DE 2022

(Da Deputada Policial Katia Sastre)

Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências.

O **CONGRESSO NACIONAL** decreta:

**Art. 1º** O art. 17 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 17.....

§ 1º Equipara-se à atividade comercial ou industrial, para efeito deste artigo, qualquer forma de prestação de serviços, fabricação ou comércio irregular ou clandestino, inclusive o exercido em residência, e a entrada ilegal de arma de fogo em estabelecimento prisional. " (NR)

**Art. 2º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

A violência é uma chaga que aflige a sociedade brasileira nos dias de hoje. Acompanhamos diariamente notícias relacionadas ao assunto nas mais diversas mídias e meios de comunicação.

Parte dessa situação é causada por uma legislação que, ao mesmo tempo em que dificulta a aquisição de armamento por pessoas de bem, facilita a posse por parte de marginais.

Apresentação: 28/06/2022 11:37 - Mesa

PL n.1775/2022





Na tentativa de corrigir essa distorção, propomos o projeto de lei em tela que visa a tipificar a entrada ilegal de armas de fogo em estabelecimento prisional, equiparando-a ao comércio ilegal de armas de fogo, previsto no art. 17 da Lei n. 10.826, de 22 de dezembro de 2003.

A tentativa de entrada de inserção de armas de fogo em estabelecimentos prisionais é atividade típica de organizações criminosas de grande porte e um fator que traz uma intensa insegurança para a sociedade e para os nossos policiais penais.

Hoje em dia não é expressa na lei essa definição, enxergamos que a tentativa de entrada em estabelecimentos prisionais com armas de fogo deve ser equiparada ao comércio ilegal de arma de fogo, e não ao mero porte ilegal.

Desse modo, contamos com os nossos Pares para que este Projeto de Lei possa prosperar.

Sala das Sessões, em      de junho de 2022.

**Policial Katia Sastre**  
**Deputada Federal**  
**PL/SP**



**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA**  
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG  
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL  
Seção de Legislação Citada - SELEC

**LEI Nº 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003**

Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - Sinarm, define crimes e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO IV  
DOS CRIMES E DAS PENAS

**Comércio ilegal de arma de fogo**

Art. 17. Adquirir, alugar, receber, transportar, conduzir, ocultar, ter em depósito, desmontar, montar, remontar, adulterar, vender, expor à venda, ou de qualquer forma utilizar, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, arma de fogo, acessório ou munição, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena - reclusão, de 6 (seis) a 12 (doze) anos, e multa. [\*\(Pena com redação dada pela Lei nº 13.964, de 24/12/2019, publicada na Edição Extra do DOU de 24/12/2019, em vigor 30 dias após a publicação\)\*](#)

§ 1º Equipara-se à atividade comercial ou industrial, para efeito deste artigo, qualquer forma de prestação de serviços, fabricação ou comércio irregular ou clandestino, inclusive o exercido em residência. [\*\(Parágrafo único transformado em § 1º pela Lei nº 13.964, de 24/12/2019, publicada na Edição Extra do DOU de 24/12/2019, em vigor 30 dias após a publicação\)\*](#)

§ 2º Incorre na mesma pena quem vende ou entrega arma de fogo, acessório ou munição, sem autorização ou em desacordo com a determinação legal ou regulamentar, a agente policial disfarçado, quando presentes elementos probatórios razoáveis de conduta criminal preexistente. [\*\(Parágrafo acrescido pela Lei nº 13.964, de 24/12/2019, publicada na Edição Extra do DOU de 24/12/2019, em vigor 30 dias após a publicação\)\*](#)

**Tráfico internacional de arma de fogo**

Art. 18. Importar, exportar, favorecer a entrada ou saída do território nacional, a qualquer título, de arma de fogo, acessório ou munição, sem autorização da autoridade competente:

Pena - reclusão, de 8 (oito) a 16 (dezesseis) anos, e multa. [\*\(Pena com redação dada pela Lei nº 13.964, de 24/12/2019, publicada na Edição Extra do DOU de 24/12/2019, em vigor 30 dias após a publicação\)\*](#)

Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem vende ou entrega arma de fogo, acessório ou munição, em operação de importação, sem autorização da autoridade competente, a agente policial disfarçado, quando presentes elementos probatórios razoáveis de conduta criminal preexistente. (Parágrafo único acrescido pela Lei nº 13.964, de 24/12/2019, publicada na Edição Extra do DOU de 24/12/2019, em vigor 30 dias após a publicação)

.....

.....

<b>FIM DO DOCUMENTO</b>
-------------------------